

1 MINUTA DA ATA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA BENEVENTE E COMITÊ DA BACIA

2 HIDROGRÁFICA DO RIO NOVO

Data: 04/12/2025	Local: Plataforma Virtual Teams
Início previsto: 10h00	Término previsto: 11h00

3 ➤ Robson Sartório Cavalini – MPES

4 ➤ Marcos Marsaioli – MPES

5 ➤ Cleire Maranhão Roque Dias – MPES

6 ➤ Liezer Guarnier Fim – CESAN

7 ➤ Sofia Nogueira – Secretaria de Meio Ambiente de Anchieta

8 ➤ Antonio Oliveira – AGERH

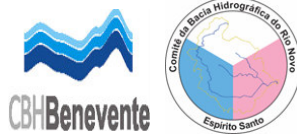
9 ➤ Leina Iade Araújo – AGERH

10 Aos quatro dias de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, foi realizada a reunião
 11 entre os membros da diretoria provisória do CBH Benevente e Rio Novo, representantes do MPES
 12 e AGERH de forma virtual. Iniciada a reunião, o Sr. Robson saudou os presentes e mencionou o
 13 objetivo da reunião que foi encerrar o ano de 2025 com as informações sobre o status atual da
 14 unificação dos CBHs Rio Novo e Benevente com a inclusão de região hidrográfica de Guarapari.
 15 O Sr. Robson passou a palavra para o Sr. Antonio que deu prosseguimento a reunião.
 16 Primeiramente, o Sr. Antonio destacou que o comitê deverá enfrentar não apenas o momento
 17 atual, mas também etapas futuras relacionadas ao processo de unificação. Ressaltou que, caso
 18 o comitê não estabeleça uma agenda própria, permanecerá apenas aguardando e criando
 19 expectativas quanto aos encaminhamentos. Em seguida, afirmou que o comitê pode e deve
 20 dedicar-se às ações de capacitação e mobilização das entidades, mantendo o tema da unificação
 21 como pauta contínua em cada convocatória a fim de dar clareza as etapas de tramitação do
 22 processo. Destacou que uma reunião pode ser convocada especificamente para esse fim,
 23 permitindo avançar na proposição de um planejamento anual de atividades para o comitê e
 24 sobre o processo de unificação sugeriu a emissão de relatórios de acompanhamento, de modo
 25 que todos permaneçam devidamente informados. O Sr. Antonio deu continuidade passando a
 26 tratar do tema atual relacionado ao processo de unificação. Informou que o comitê se encontra
 27 diante de um impasse envolvendo aspectos de gestão e questões técnicas, especialmente no que
 28 se refere à definição cartográfica. Explicou que existe uma cartografia do IBGE que serviu de base

29 para uma primeira aproximação, na qual foram selecionadas outras bacias para definição da
30 região hidrográfica de Guarapari. Ressaltou que, não por acaso, o território de Guarapari
31 permaneceu como o último a ser estruturado como área de gestão. Durante a revisão do
32 memorial descritivo verificou-se que ainda havia dúvidas importantes quanto à delimitação das
33 áreas. Relatou ainda que foi identificado uma extensa área de alagados que, segundo os estudos
34 mais recentes, indica a conexão entre as bacias do Xuri e do Una. Essa constatação gerou uma
35 questão de definição de limites entre o Comitê do Jucu e o futuro Comitê Litoral Centro-Sul,
36 tornando o assunto central no processo de unificação. O Sr. Antonio explicou que a área
37 localizada na região de Ponta da Fruta, corresponde a um alagado que altera a interpretação dos
38 divisores de água. Com base na hidrografia atualizada, verificou-se que os cursos d'água antes
39 classificados como pertencentes a bacias distintas, como Xuri no Jucu e Una, proposto
40 originalmente para o LCS, na verdade estão interligados, o que exige reavaliação dos limites
41 hidrográficos. Destacou que o Rio Xuri consta atualmente no plano do Comitê do Rio Jucu, que
42 já realiza cobrança pelo uso da água, o que aumenta a complexidade da revisão. O Sr. Antonio
43 relatou que, após consultas aos setores de modelagem e cartografia da AGERH, concluiu-se que
44 provavelmente somente uma verificação em campo poderá esclarecer as dúvidas sobre os
45 limites entre as bacias, devido à possível interligação com outros cursos d'água da região.
46 Informou ainda que, em reunião prevista com os setores responsáveis, será decidido se uma
47 equipe de campo será acionada para confirmar se se trata de uma única bacia com múltiplas
48 saídas ou se será mantida a cartografia do IBGE, levando o tema a deliberação conjunta entre os
49 dois comitês e suas diretorias. Destacou também a importância de registrar cada etapa do
50 processo e repassar as informações por meio de boletins ou relatórios periódicos. Explicou que,
51 dependendo do resultado da análise técnica, poderá ser necessário levar o tema ao médio prazo,
52 realizando um acordo com o Comitê do Jucu e abrindo um protocolo para futura redefinição dos
53 limites, especialmente considerando a provável criação do Comitê Litoral Centro-Sul. Nesse
54 cenário, os dois comitês seriam chamados posteriormente para tratar de uma possível revisão
55 dos decretos de criação. O Sr. Marcos questionou se, a partir da reunião prevista com os setores
56 responsáveis na AGERH, o processo de unificação voltaria a ter um encaminhamento definido.
57 Perguntou também se, mesmo com a necessidade de uma análise técnica em campo, o processo
58 permaneceria suspenso ou poderia avançar em outra frente. O Sr. Antonio respondeu que essa
59 definição dependerá de uma decisão organizacional da diretoria, pois será necessário decidir
60 institucionalmente como o processo seguirá enquanto a avaliação de campo estiver sendo
61 realizada. Explicou que ainda será preciso determinar se o território permanecerá como está ou

se será solicitada revisão cartográfica, aguardando o relatório técnico para alinhamento com os comitês envolvidos. O Sr. Marcos sugeriu que, após a reunião, seja enviado ao comitê um informe ou nota técnica sintetizando o caminho a ser adotado, de modo que o procedimento administrativo possa registrar a continuidade do processo. O Sr. Antonio concordou com a proposta. O Sr. Antonio solicitou autorização para encaminhar ao comitê a conversa técnica já iniciada, explicando que o material contém detalhes importantes sobre as questões territoriais identificadas e que servirão como justificativa para informar o comitê sobre a preocupação em manter o sistema de gerenciamento devidamente documentado. Ele destacou que o Comitê do Jucu ainda não foi informado sobre nada do que está em andamento e que terá uma reunião com a diretoria posteriormente, na qual pretende relatar todo o processo, inclusive informando que o Ministério Público está acompanhando a situação. O Sr. Marcos concordou. O Sr. Antonio destacou a importância de manter um boletim ou formato de relato periódico para que todos os membros do comitê permaneçam informados, sem que isso prejudique as agendas já existentes. Ressaltou que há diversas pautas em andamento e que o comitê não precisa aguardar o processo de unificação para definir e seguir seu calendário próprio. Reforçou ainda que a definição antecipada do calendário e das pautas para o ano seguinte é fundamental para o bom andamento dos trabalhos. A Srª. Sofia manifestou preocupação quanto à falta de clareza sobre a listagem atualizada dos membros do comitê, destacando que há divergências entre as listas disponíveis e baixa participação nos canais de comunicação, como WhatsApp e e-mail. Ressaltou que essa indefinição compromete o funcionamento do comitê e pode fragilizar futuras deliberações. Diante da previsão de unificação e da entrada de novos municípios, sugeriu iniciar desde já o processo de atualização dos representantes, identificando quem de fato ocupará cada cadeira e quais entidades comporão a sociedade civil no colegiado. A Srª. Sofia também questionou se os relatórios mencionados sobre a tramitação do processo de unificação seriam emitidos pela AGERH e repassados ao comitê para atualização das informações aos membros. O Sr. Antonio confirmou que sim. Ele Propôs também criar um passo a passo para mobilizar os membros do comitê, começando pela revisão das entidades que participaram do último processo eleitoral e daquelas que, mesmo com dificuldades, mantiveram presença nas últimas reuniões. Ele sugeriu elaborar um documento formal, assinado conjuntamente pelo comitê e pela AGERH, para comunicar a continuidade dos trabalhos e reforçar a necessidade de atualização dos representantes. O Sr. Antonio destacou que, ao final do ano, a participação costuma cair, mas reforçou que é preciso contatar diretamente as prefeituras e demais entidades, solicitando formalmente a indicação dos prepostos dentro de um prazo definido. Para o grupo de entidades

que estiveram ausentes por mais tempo, apesar de terem participado do processo eleitoral, defendeu uma abordagem mais personalizada, com apoio do Ministério Público, para garantir que sejam devidamente informadas e integradas. O Sr. Antonio também sugeriu que, após essa mobilização, seja realizada uma reunião simples, focada em relatar a situação atual, estabelecer um calendário de reuniões e apresentar o planejamento de atividades para o próximo ano, incluindo desafios relacionados a capacitação, acompanhamento dos planos, cobrança pelo uso da água e definição de prioridades. Reforçou também que essa agenda concreta tende a atrair maior engajamento das entidades e colocou-se à disposição para apoiar todo o processo de reintegração dos membros. A Srª. Sofia observa que, devido ao fim do ano, não será possível realizar novas reuniões, mas reforça que é viável planejar as ações para o próximo ano. Ela esclarece uma dúvida: neste primeiro momento, devem convocar todas as entidades e municípios que compõem tanto o comitê do Benevente quanto o Rio Novo, mesmo sabendo que posteriormente haverá uma redução no número de cadeiras e representações. O Sr. Antonio confirma que, sim, a convocação inicial deve incluir todos. A Srª. Sofia menciona que utilizará os decretos com as últimas nomeações como base para enviar comunicados oficiais às entidades, solicitando atualização dos representantes. O Sr. Antonio complementa afirmando que o processo de definição dos prepostos precisa ocorrer antes da primeira reunião de 2026, para que, ao convocarem o encontro, já esteja claro quem representará cada entidade. Ele sugere estruturar a comunicação por meio de um ofício, que pode ser assinado conjuntamente, lembrando as entidades sobre sua cadeira no processo eleitoral e solicitando que confirmem ou atualizem o nome do preposto. O Sr. Antonio ainda destaca que, caso algumas entidades não respondam, será necessário adotar novas estratégias. Dessa forma, espera-se que, até fevereiro, já seja possível realizar a primeira reunião do ano com toda a composição atualizada e organizada. O Sr. Marcos enfatizou que o Ministério Público também se coloca à disposição para auxiliar na mobilização das entidades para representação junto ao comitê. O Sr. Antonio retoma a pendência sobre a indicação de um representante da sociedade civil para compor a diretoria e pergunta se, por enquanto, quem está na diretoria provisória consegue continuar conduzindo os trabalhos. A Srª. Sofia explica que sente falta de alguém responsável pela parte administrativa, especialmente elaboração de ofícios e gestão de e-mails, porque, apesar de estar dando conta provisoriamente, sua demanda na Secretaria de Meio Ambiente de Anchieta é muito alta e ela não conseguirá acumular essas funções no próximo ano. O Sr. Antonio concorda e reforça que essa necessidade deve ser colocada como pauta da primeira reunião do próximo ano, para definir a cadeira da sociedade civil na diretoria e distribuir melhor as responsabilidades, evitando



sobrecarga. A Sr^a. Sofia pergunta a Antonio sobre a previsão de disponibilidade do veículo para o comitê já que sinalizaram o desejo de continuidade do contrato. O Sr. Antonio informa que o veículo já está disponível e que basta assinarem os papéis necessários. A Sr^a. Sofia confirma e diz que combinará os detalhes com a Sr^a. Leina. O Sr. Antonio finaliza concordando. Encerrada a reunião, o Sr. Marcos agradeceu a presença de todos. A presente Ata foi lavrada por mim, Leinalade Araújo, em suporte à Secretaria Executiva do Comitê.

Sofia Nogueira

Vice-Presidente Provisória CBH Rio Novo e Benevente